CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2242/78

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE OURINHOS

ASSUNTO : Dispensa de estágio e acréscimo da disciplina Desenho no currículo de 1º e 2º Graus

RELATOR : Cons. Pe. Lionel Corbeil

PARECER CEE Nº 0395/80 - CESG - APROVADO EM 12 / 03 / 80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

1.1- O Sr. Vereador Susumo Ikuno, presidente da Câmara Municipal de Ourinhos, encaminhou ao Conselho Estadual de Educação requerimento de nº 668/78 daquela casa legislativa, "solicitando estudos dos dignos Conselheiros, para uma possível dispensa dos Estágios, aos alunos que comprovem estar trabalhando há mais de um ano no mesmo setor que estão cursando na escola e uma mudança no currículo de determinados cursos como o de Edificações, Eletrotécnica, Eletromecânica, Mecânica, cuja disciplina mais importantes, dentre todas, acredito ser Desenho e que, infelizmente, foi retirada dos cursos".

1.2- O mesmo vereador apresenta a seguinte justificativa:

"O presente requerimento foi apresentado por este vereador que, sendo professor da EESG "Jacinto Ferreira de Sá", verifica e nota algumas irregularidades que, levadas ao conhecimento dos dignos Conselheiros, poderão servir de colaboração.

Em primeiro lugar, o problema do Estágio.

Existem alunos que estão cursando o último ano de Edificações, Eletromecânica, Eletrotécnica, Mecânica ou Enfermagem que, trabalhando há mais de um ano no mesmo setor ou seja, em Desenho, Mecânica ou Hospitais, conhecendo os problemas, podendo inclusive ser monitores na sala de aula.

Sendo a EEPG "Jacinto Ferreira de Sá" uma escola de formação profissional de área técnica, como professor da referida escola, acredito que existem algumas deficiências no currículo. No primeiro ano que é de núcleo comum não tem aulas de Desenho, o que é tremendamente la-

mentável porque no primeiro grau também não tem aulas de Desenho, não dando nenhuma base para os alunos, tornando o problema muito grave no 2º Grau.

O aluno, passando para o 2º ano, tem disciplina chamada Desenho Arquitetônico, Desenho Técnico, conforme o curso. Com total desconhecimento da disciplina, os alunos sentem os problemas de falta de base, os professores sentem dificuldades em transmitir aos alunos, agravando o ensino técnico dia a dia."

1.3- O presente protocolado foi objeto de três diligências da Assistência Técnica, solicitando maiores informações sobre dispensa de estágio; razão da demora na emissão deste Parecer.

2- APRECIÇÃO:

2.1- O presente protocolado refere-se a requerimento feito ao Conselho pela Câmara Municipal de Ourinhos por solicitação do Vereador Susumo Ikuno, que é também professor da EESG. "Jacinto Ferreira de Sá" da mesma cidade.

O requerimento prende-se a duas solicitações diferentes. Uma refere-se à disciplina Desenho, outra se relaciona a possível dispensa dos estágios a alunos que estão cursando o último ano de várias habilitações profissionais do setor secundário e que trabalham há mais de um ano em ocupações semelhantes às práticas objeto de estágio.

2.2 - O Sr. Vereador queixa-se de que a disciplina Desenho infelizmente foi retirada do ensino de 1º e 2º graus. Não é bem exato que o Desenho tenha sido retirado do ensino de 1º e 2º Graus, pois Desenho, parte das artes plásticas, pode ser ministrado dentro da matéria obrigatória - Educação Artística.

E mais: pelo Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus, a escola pode escolher conteúdos da parte diversificada de acordo com o artigo 68, entre os quais a disciplina Desenho está incluída.

Reconhecemos o grande valor educativo do Desenho e das Artes Plásticas na formação do aluno, no desenvolvimento dos dons criadores e de todas as faculdades: imaginação e expressão, sensibilidade, memória, vontade, inteligência, desenvolvimento do sentido das formas,

das cores, do movimento, do rosto em geral. Como ministrar Educação Artística ao menos ao nível de 1º grau sem que de uma maneira ou de outra, algumas noções e práticas destas matérias não sejam ensinadas?

No 2º grau pode ser escolhido pela Escola, na parte diversificada, o Desenho e até o Desenho Linear na 1ª série como preparação ao Desenho Técnico que será ensinado nas outras séries, conforme as habilitações profissionais a serem ministradas.

2.3 - A segunda consulta refere-se à dispensa de estágio para os alunos que estão cursando o último ano de diversas habilitações profissionais do setor secundário, no caso, técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Eletromecânica, Mecânica e que exercem ocupação idêntica, no mercado de trabalho, àquela a que se refere o curso.

2.4 - Este Conselho pronunciou-se sobre caso semelhante através do Parecer CEE n° 1533/79, aprovado em 05/12/79, quando diz no item 2.4:

"Todavia chamamos a atenção sobre o 3º parágrafo do art. 72, que reza:

"O aluno que comprovar exercer ocupação idêntica àquela a que se refere o curso, poderá, em casos específicos, ter computado o tempo de trabalho para efeito de estágio".

"Lembramos aqui o Parecer CFE n° 45/72 no seu item 7.2. exige que, para as habilitações dos setores primário e secundário, haja, do conteúdo profissionalizante ministrado, uma necessária complementação do exercício profissional por estágio, orientado pela escola.

Portanto, a comprovação pelo aluno, mencionada no parágrafo 3º do art. 72 (Regimento da Escola) de que exerce ocupação idêntica às habilitações do curso, deverá ser rigorosamente verificada pela escola quanto à equivalência de estágio, para que seja computado o tempo de trabalho. O supervisor de estágios (art. 125) deverá justificar, em ata própria, a computação do tempo de trabalho de estágio que ele julgar equivalente ao que deve ser contado para a respectiva habilitação."

2.5 - A Secretaria de Estado da Educação estabeleceu uma Resolução SE de 26/01/78, que dispõe sobre estágio de estudantes do ensino profissionalizante dos estabelecimentos estaduais que mantêm o 2º grau.

No artigo 5º que reproduz o § 3º do artigo 70 do Regi-

mento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau, a Resolução determina:

" O aluno que comprovar exercer ocupação idêntica àquela a que se refere o curso poderá, em casos específicos, ter computado o tempo de trabalho para efeito de estágio".

2.6 - Por outro lado, sabemos que certas ocupações no mercado de trabalho podem representar operações que são idênticas a uma parte do estágio a ser realizado pelo aluno de uma determinada habilitação profissional. Portanto, cabe ao responsável na escola pelo estágio avaliar as operações realizadas dentro da ocupação, e computar parcial ou totalmente, o tempo de trabalho para efeito de estágio. Pois, tanto o Parecer CFE nº 45/72, item 7.2, quanto a Lei Federal nº 5.494/77 e a Resolução SE de 26/01/78, são claras a respeito do planejamento, acompanhamento, avaliação e orientação do estágio pela escola.

Acreditamos haver respondido à segunda consulta feita pela Câmara Municipal de Ourinhos sobre o estágio, ficando como norma deste Conselho o mencionado no Parecer CEE nº 1533/79, e expresso na Conclusão.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, responde-se às consultas feitas pela Câmara Municipal de Ourinhos:

1º - que o Desenho pode ser lecionado dentro da matéria obrigatória Educação Artística, e pode ser escolhido pela escola e ministrado como disciplina da parte diversificada.

2º - Para efeito de estágio, a comprovação pelo aluno de que exerce ocupação idêntica a uma ou outra habilitação profissional do curso, deverá ser rigorosamente verificada e avaliada pela escola quanto à equivalência do estágio a ser realizado, para que seja computado parcial ou totalmente o tempo de trabalho. O responsável, na escola, pelo estágio deverá justificar em ata própria a computação do tempo de trabalho de estágio que julgar equivalente ao que deve ser contado para a respectiva habilitação.

CESG, em 22 de fevereiro de 1980

a) Conselheiro Lionel Corbeil

RELATOR

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Antônio F.da Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, José Maria Sestílio Mattei, Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Albeto T. Di Dio.

Sala das Sessões, em 27/02/80

a) Cons. JOSÉ AUGUSTO DIAS - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator, o Cons. Alpínolo Lopes Casali apresentou Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de março de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente

PROCESSO CEE Nº 2242/78 PARECER CEE Nº 395/80

DECLARAÇÃO DE VOTO

A magnitude da matéria está a reclamar uma Declaração desta Casa.

S.Paulo, 12 de março de 1980.

a) Cons. Alpínolo Lopes Casali